

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE

STATE MIDDLE LEVEL PROFESSIONAL TECHNICAL EDUCATION IN RIO GRANDE DO NORTE

Claudenyce Dantas de Souza¹ - IFRN

Daniela Cunha Terto² - IFRN

Adriana Aparecida de Souza³ - SEEC-RN



RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) na rede estadual do Rio Grande do Norte, destacando marcos, avanços e desafios. A EPTNM historicamente reflete a dualidade da educação brasileira, com formação técnica voltada à classe trabalhadora e formação geral às elites. No contexto neoliberal e da reestruturação produtiva, essa modalidade é cada vez mais direcionada às demandas do mercado, em detrimento de uma formação crítica e integral. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, utilizou dados do SigEduc, do Censo da Educação Básica (2021-2023) e documentos oficiais dos IERN. Os resultados apontam avanços institucionais, mas também desafios, como a necessidade de romper com uma lógica produtivista. Conclui-se ser fundamental fortalecer uma EPTNM pública que valorize a formação humana, crítica e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; EPTNM; Política Educacional; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

This article analyzes the development of Secondary Technical Professional Education (EPTNM) in the state network of Rio Grande do Norte, highlighting milestones, advances, and challenges. EPTNM has historically reflected the duality of Brazilian education, with technical training aimed at the working class and general training for the elite. In the context of neoliberalism and productive restructuring, this modality is increasingly directed to market demands, to the detriment of critical and comprehensive training. The research, of a bibliographic and documentary nature, used data from SigEduc, the Basic Education Census (2021-2023), and official documents from IERN. The results point to institutional advances, but also challenges, such as the need to break with a productivist logic. The conclusion is that it is essential to strengthen a public EPTNM that values human, critical, and emancipatory training.

KEYWORDS: Sexuality; Gender; Sex Education; Teaching of Biology.

INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). Professora da rede Estadual do Rio Grande do Norte (SEEC-RN). Integrante do Observatório de Políticas Públicas em Educação Profissional (OPPEP-IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3605-9709>.

² Doutorado em Educação pela UFRN. Professora da área de Políticas e Gestão escolar do Campus Natal Central do (IFRN) e professora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0307-6572>.

³ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN. PROFESSORA DA SEEC-RN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6933-1121>.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) tem se configurado, historicamente, sob uma perspectiva assistencialista, voltada prioritariamente à inserção imediata no mercado de trabalho. Essa trajetória evidencia uma dualidade estrutural na educação brasileira: de um lado, a formação técnica é direcionada, majoritariamente aos filhos da classe trabalhadora, de outro, a formação geral, voltada à continuidade dos estudos no ensino superior, que permanece como um privilégio das camadas sociais mais favorecidas (Moura, 2007). Tal dualidade, reflete as necessidades e contradições inerentes ao modo de produção capitalista, sendo reproduzida, com maior ou menor intensidade, ao longo das diferentes fases do desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse contexto, com o avanço do modelo neoliberal e os processos de reestruturação produtiva, a EPTNM assume uma centralidade ainda maior. Ela passa a ser concebida não apenas como um direito formativo, mas, sobretudo, como uma exigência do capital, que demanda trabalhadores cada vez mais flexíveis, polivalentes e subordinados às novas dinâmicas do mercado (Santos; Alves; Azevedo, 2021). Essa lógica aprofunda a mercantilização da educação, intensifica a exploração da força de trabalho e amplia a competitividade, ao mesmo tempo em que precariza as relações laborais. Com isso, consolida-se um modelo educacional voltado prioritariamente para atender às demandas imediatas do setor produtivo, muitas vezes em detrimento de uma formação integral, crítica e emancipadora.

Nesse cenário de reestruturação da produção e do consumo, a educação e, de maneira mais evidente, a educação profissional, passa a ser concebida pela classe dominante como um instrumento estratégico para a formação de trabalhadores capazes de acompanhar as novas dinâmicas produtivas. Trata-se de uma educação funcional ao capital, que se torna fundamental no processo de disciplinamento da força de trabalho, voltada para a conformização de subjetividades alinhadas às exigências da produção e da vida social sob a lógica neoliberal. Assim, fomenta-se a adaptação dos indivíduos a processos produtivos cada vez mais flexíveis, nos quais predominam a intensificação do trabalho, a precarização das relações laborais e a naturalização da instabilidade como elemento constitutivo da realidade contemporânea.

Assim, a oferta de Educação Profissional pelas redes de ensino tem sido historicamente e profundamente influenciada pela dinâmica do capital e é no sentido de discutir a especificidade da oferta EPTNM por parte da rede estadual de educação do Rio Grande do Norte que este artigo foi desenvolvido, tendo como objetivo discutir o desenvolvimento da EPTNM na rede estadual do RN, analisando os principais marcos, avanços e desafios enfrentados ao longo dos anos no estado.

Para alcançar o objetivo proposto, enquanto procedimento metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual se justifica pelo estudo de produções que discutem a temática da EPTNM, como livros, dissertações, teses e artigos científicos. Conforme Severino (2016, p.131), o ato de pesquisar a produção já existente “[...] trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” o que contribuiu para compreender as nuances envolvidas no processo de desenvolvimento da EPTNM na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, situando essa oferta no contexto nacional e global de disputas ideológicas em torno de um projeto de educação e de sociedade.

Adotou-se também a pesquisa documental, que se fundamenta na análise dos documentos oficiais relacionados à criação da política dos IERN e análise de dados do Sistema Integrado de Gestão da Educação (SigEduc) e do Censo da Educação Básica (2021-2023).

Desta forma, este artigo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se aspectos históricos acerca da política de Educação Profissional no RN, situando as ações governamentais para essa modalidade. Na sequência, discute-se a materialização dessas políticas no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na criação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação (IERN) e na análise dos decretos que regulamentam a oferta da Educação Profissional no estado. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que sintetizam os principais achados e reflexões decorrentes do estudo.

A EPTNM NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte a criação da Escola de Aprendizes Artífices ocorreu em 1 de janeiro de 1910, e constitui-se um marco na história da educação profissional do Estado (Santos; Silva; Medeiros Neta, 2022). No início ofertava-se o ensino primário e tinha-se oficinas de trabalhos manuais para jovens aprendizes que chegavam à escola com 10 ou 12 anos, confirmando a “teoria da escola dualista, [...] as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado” (Saviani, 1999, p. 32). Configurando a oferta de educação com objetivos distintos.

Em 1922, pode-se destacar a primeira ação governamental de educação profissional do governo do Rio Grande do Norte, a Escola Profissional do Alecrim, que funcionava em um anexo do grupo escolar Padre Miguelino em Natal. Os primeiros cursos oferecidos foram de serralharia, marcenaria e sapataria, formações artesanais pouco ligadas ao setor industrial, que ainda estava em desenvolvimento no estado (Silva; Nascimento; Ramos, 2020). A educação profissional desenvolvia-se de maneira lenta, para atender as necessidades imediatas, pois refletia as limitações de infraestrutura industrial na época.

De acordo com Silva, Nascimento e Ramos (2020), a história da educação profissional no RN foi marcada por um caráter assistencialista e de descontinuidade das ações. Os primeiros cursos eram precarizados, sem estrutura física, ausência de equipamentos, laboratórios e um quadro docente insatisfatório.

No ano de 1929, no Governo de Juvenal Lamartine, foi criado o primeiro curso direcionado ao público feminino, que oferecia atividades de artes manuais. Essa iniciativa não só ampliou as opções de matrículas, como aumentou a diversidade de cursos disponíveis para a população local. Mais tarde, em 1949 sob a liderança do governador José Augusto Varela, foi criada a Escola Agrícola de Jundiaí, que ofertava cursos com duração de três anos, voltados para disciplinas práticas essenciais à formação dos estudantes e à melhoria das práticas agrícolas na região (Silva; Nascimento; Ramos, 2020). Esses acontecimentos demonstram o crescimento da oferta pautada na contribuição do desenvolvimento social e econômico da região.

Nas primeiras décadas do século XX a EPTNM foi defendida, tanto a nível mundial quanto nacional, como o principal meio pelo qual uma sociedade pudesse assegurar o desenvolvimento econômico. Esse período foi marcado por transformações políticas, econômicas e sociais que demandavam maior qualificação técnica da força de trabalho para atender às exigências de uma economia em modernização.

No cenário mundial, o avanço tecnológico, aliado à expansão de mercados, exigia uma força de trabalho capacitada para operar máquinas, implementar processos industriais e sustentar o crescimento econômico. Além disso, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) evidenciou a necessidade de mão de obra qualificada para atender às demandas industriais e bélicas.

No Brasil, começa a transição de uma economia predominantemente agrária para um processo de industrialização embrionário. E evidencia a formação dos trabalhadores em uma necessidade econômica (Ramos, 2014). O governo brasileiro começou a reconhecer a importância de formar uma classe trabalhadora apta a atender às necessidades das indústrias urbanas. A EPTNM passou a ser vista como um instrumento estratégico para a modernização econômica e para a redução da dependência de tecnologia estrangeira.

Nesse contexto, era necessário que os Estados tomassem para si a responsabilidade de ofertar uma educação de qualidade. A Constituição de 1937, no governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945), cita de forma explícita o Ensino Profissional como dever do Estado, ainda que destinado às classes menos favorecidas, como afirma Caires e Oliveira (2016).

Como ressalta Teixeira (2023, p. 211) “o texto constitucional de 1937 inovou tanto ao tratar do ensino técnico, profissional e industrial, como ao regular direitos trabalhistas em capítulo específico para a seara da economia: Do Conselho da Economia Nacional” relacionando trabalho ao setor econômico”. Evidência que a CF de 1937 representou um marco ao tratar explicitamente do ensino técnico e profissional e vinculá-lo à lógica econômica entre educação e trabalho nesse período no Brasil.

Ainda de acordo com Caires e Oliveira (2016), logo após a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) intensificou-se o recrutamento de mão de obra necessária à produção e exportação de produtos brasileiros o que gerou a necessidade de cursos que formassem os jovens. Sendo empreendidas ações fundamentais para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, estruturadas em três frentes principais: a primeira foi a criação do sistema “S”. A segunda é a implementação de uma reforma no ensino de segundo grau, a terceira é a transformação dos Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas.

No início da década de 1950 o ensino profissionalizante foi fortalecido no Governo de Sylvio Pedrosa (1951-1956). A Escola Feminina recebeu novas estruturas e um anexo do Grupo Escolar Frei Miguelinho passou a ofertar cursos de corte, costura, datilografia, prendas domésticas, entre outros.

Em âmbito nacional, a promulgação da Lei nº 5.692/1971 que tornou compulsório o ensino de 2º grau profissionalizante. No RN houve a expansão de cursos com predominância no setor terciário da economia, pois demandavam pouco investimento, e sua interconexão com as modificações políticas, sociais, econômicas e culturais.

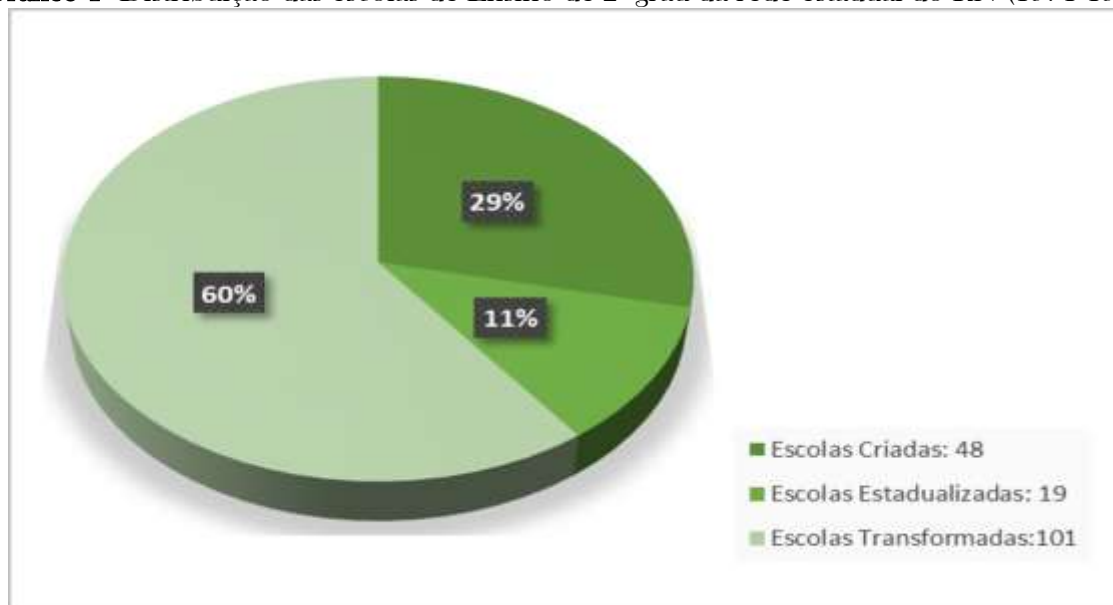
De acordo com Carlos (2018), no estado do Rio Grande do Norte, foram identificados três tipos de instituições escolares no contexto da implementação da Lei nº 5.692/71: as Escolas Criadas, as Escolas Transformadas e as Escolas Estadualizadas. As primeiras foram estabelecidas com o objetivo específico de atender ao ensino de 2º grau conforme as novas diretrizes educacionais da época que incluíam a integração da formação geral com a educação técnica e profissional.

As Escolas Transformadas, eram instituições que já existiam antes da promulgação da Lei nº 5.692/71, mas que foram adaptadas pelo estado para oferecer o ensino de 2º grau. Para atender a esse novo formato, essas escolas precisavam cumprir certos critérios, como dispor de um corpo docente qualificado para atuar na educação técnico-profissional, laboratórios e infraestrutura adequada para a oferta dos cursos técnicos. Por sua vez as Escolas Estadualizadas eram escolas de educação privada que foram incorporadas à rede estadual de ensino. A "estadualização" ocorreu com o intuito de ampliar o acesso à educação de 2º grau, seguindo as diretrizes de centralização da oferta de educação pública.

A pesquisa realizada por Carlos (2018) compreende o período de 1971 a 1996, no qual é constatado que o processo de inserção do ensino profissionalizante na rede estadual aconteceu

durante 25 anos, e mesmo em 1998 ainda existia cursos profissionalizantes sendo implementados contabilizando 168 escolas ao todo, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1- Distribuição das escolas de Ensino de 2º grau da rede estadual do RN (1971-1996)



Fonte: Elaboração da autora, com base em Carlos (2018)

No Gráfico 1, observa-se que a maioria das escolas que ofereciam o ensino de 2º grau eram as transformadas, que representavam 60% (sessenta por cento) do total. Tanto as escolas manifestaram o interesse em ofertar essa modalidade, quanto pelo interesse do Estado, uma vez que exige menores investimentos, ao mesmo tempo em que ampliava o número de escolas com esse nível de ensino, embora a maior parte delas não atendessem aos requisitos mínimos estabelecidos.

Diante do cenário político e econômico da época, a escola se consolidava como uma representação do poder e do controle durante a Ditadura Militar, a estrutura educacional foi construída sobre princípios tecnicistas, que priorizavam a racionalidade, a eficiência e a produtividade acima de qualquer outro aspecto, o foco era de preparar os indivíduos para a execução de tarefas técnicas específicas para impulsionar o fortalecimento do capital nacional, que estava em expansão.

As escolas, ao serem incorporadas à gestão estadual durante o Regime Ditatorial, atuavam como instrumentos do poder, garantindo "formas de manipular as relações de forças e gerir essas relações ou ameaças que pudessem colocar o sistema em risco, mantendo-se dentro do regime ditatorial, em vez de estar à margem" (Carlos, 2018, p. 81). Ser gestor nesse momento poderia conferir uma sensação de segurança ou proporcionar certo *status* social, o que explica a intencionalidade de algumas escolas ao solicitar a implementação do 2º grau.

A distribuição dessas escolas no RN não seguia um padrão definido nem justificativas documentais formalizadas. Carlos (2018) aponta que, na região Oeste Potiguar, havia 58 escolas de 2º grau, enquanto na região Central Potiguar existiam apenas 23, dentre essas, algumas ofertavam apenas o 2º grau não profissionalizante. Essa discrepância poderia ser atribuída ao desenvolvimento econômico das regiões ou às políticas de governo da época, que trouxeram mudanças para o setor educacional. Entre 1971 e 1996, o estado teve nove governadores, que

implementaram ações para aumentar as matrículas no 2º grau, seja por meio da construção/restauração de escolas, seja por projetos específicos.

Embora, os critérios de implantação não fossem claros, o RN considerou três abordagens principais ao implantar seu sistema de ensino de 2º grau: critérios demográficos e urbanos, o interesse das escolas e suas administrações em ofertar esse nível de ensino, e a ênfase no princípio quantitativo (Carlos, 2018). Esse último refletia mais a preocupação com o aumento no número de escolas que ofertavam o 2º grau do que com a qualidade do ensino oferecido.

Em 1982, com o advento da Lei n.º 7.044 de 18 de outubro de 1982, que revogou a obrigatoriedade da profissionalização compulsória no 2º grau, instituída pela Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, algumas escolas optaram em ofertar o 2º grau mais curso profissionalizante sendo chamadas de escolas mistas, e outras escolas optaram por ofertar o 2º grau não profissionalizante,

É importante destacar que das 48 escolas criadas, em 10 foi implantado apenas o 2º grau não profissionalizante, por demandarem menos recursos para a organização dos cursos, as escolas não profissionalizantes tiveram um custo consideravelmente menor para os cofres públicos estaduais. O que corrobora a ideia de que a base da implantação do 2º grau nas instituições foi amplamente influenciada por um viés orçamentário.

Mas, em 1996, com a promulgação LDB 9394/1996, e com os intensos debates promovidos por educadores, pesquisadores, associações e universidades, começava-se a conceber uma política educacional que respondesse às demandas do mundo do trabalho e que buscasse promover a formação humana. Kuenzer (1997) reforça essa visão ao destacar que é necessário refletir sobre a formação de maneira que as dimensões social e produtiva sejam tratadas como indissociáveis. Porém, com o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997, a educação profissional passa a ser organizada em três níveis: básico, técnico e tecnológico, o que ocasionou a separação formal entre o ensino médio e a educação profissional, com organização curricular independente e ofertada concomitante (com matrículas separadas) ou subsequente (para conluíntes do ensino médio).

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE-RN) estabeleceu por meio da Resolução n.º 02/2002-CEE-RN, as diretrizes para a oferta de educação profissional de nível técnico na Rede Estadual de Educação. Contudo, segundo Nascimento (2022) tal proposta não se concretizou como uma formação humana integrada, permanecendo, na prática, vinculada a um modelo de formação com base técnica e economicista. Essa perspectiva, contudo, não é uma especificidade estadual, mas está relacionada a um contexto nacional e global em que o avanço das políticas neoliberais instaurou discussões e mudanças no cenário educacional de modo que nos últimos trinta anos, a educação passou a ser vista como uma estratégia de desenvolvimento econômico do país (Alves; Silva, 2023).

Essa proposta começa a se materializar no Rio Grande do Norte com o primeiro Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire, em Natal, implementado em convênio com o Programa de Expansão da Educação Profissional (SETEC). Instituído pelo Decreto Estadual n.º 16.592, de 18 de dezembro de 2002, e com recursos do PROEP, o centro foi criado para atender à demanda de educação profissional técnica de nível médio.

No Governo de Wilma de Faria (2003- 2010), houve um projeto piloto no qual a educação profissional era integrada ao ensino médio nas escolas Francisco Ivo Cavalcanti e José Fernandes Machado, em Natal; Professor Abel Freire Coelho, em Mossoró; e José Fernandes de Melo, em Pau dos Ferros, as quais também passaram a ofertar essa modalidade de ensino (Silva, Nascimento, Freitas, 2022). Porém, quatro anos depois essas atividades foram descontinuadas devido às dificuldades enfrentadas pela SEEC-RN na contratação de professores

para áreas técnicas, e apenas o Centro Estadual de Educação Profissional Jessé Pinto Freire - CENEP permaneceu em funcionamento.

Em 2011, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE-RN) publicou a Resolução nº 01/2011, revogando a Resolução nº 02/2002-CEE-RN. Esta nova resolução estabeleceu novas normas operacionais para a educação profissional técnica de nível médio na Rede Estadual de Educação, atualizando as diretrizes e regulamentações para essa modalidade de ensino no estado, em que os planos de cursos nas formas integrado, concomitante ou subsequente deveriam passar pela aprovação do CEE/RN.

Em 2015, a Resolução nº 01/2015 o CEE-RN trouxe uma nova atualização sobre a oferta da EPTNM. A norma regulamentou a oferta dos cursos técnicos de nível médio tanto na forma presencial quanto a distância, de acordo com os itinerários formativos e também normatizou a oferta dos cursos na modalidade FIC, oportunizando a continuidade da formação dos estudantes e trabalhadores (Rio Grande do Norte, 2015).

Embora, a oferta de EPTNM tenha passado por modificações e esteja alicerçada por Leis federais, estaduais, decretos e pareceres que estabelecem princípios para sua organização, como a resolução CNE/CEB nº 06, fundamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, ainda nos é imposto o conflito de como superar a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, para formar os alunos de maneira integral e propor uma formação propedêutica e técnica. Para Pistrak (2011), a escola deve tomar o trabalho como base da educação, articulado ao trabalho social, à produção real e a uma atividade concreta socialmente útil, de modo a promover a compreensão total da sociedade.

Vale ressaltar que em 2008, o Estado do Rio Grande do Norte, fez adesão ao Programa Brasil Profissionalizado - PBP⁴, e assumiu junto à União, o compromisso de construir e reformar as escolas da rede estadual. Com a implantação do PBP, 53 escolas passaram a ofertar cursos técnicos na rede estadual, tendo sido beneficiadas pelo Programa com reforma em sua estrutura física. Além disso começou a ser implantada a atual política de EPTNM com atuação exclusiva na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, os Centros Estaduais de Educação Profissionalizante- CEEP.

A descentralização dos recursos federais para o estado, possibilita a formulação de políticas e estratégias educacionais mais alinhadas com as particularidades locais. De acordo com Nascimento (2022) a organização e distribuição espacial dos 10 CEEP nas diretorias regionais de educação e cultura (DIREC), bem como os respectivos cursos técnicos previstos, buscam atender a relevância econômica dos municípios e os arranjos produtivos locais (APL) de onde serão instalados. Entretanto, após implementação, Nascimento (2022) relata as dificuldades enfrentadas pelos CEEPs para o seu funcionamento como a falta de laboratórios, falta de materiais para as aulas práticas e, principalmente, falta de professores técnicos especializados para ministrar os conteúdos específicos de cada um dos cursos.

Diante disso, observamos que a materialização da educação profissional no Rio Grande do Norte enfrentou diversas dificuldades ao longo dos anos, especialmente no que tange à implementação plena de políticas educacionais que garantissem a qualidade desse ensino. Durante a vigência da Lei n.º 5.692/1971, o ensino profissionalizante de 2º grau foi ofertado de maneira limitada, muitas vezes sem as condições materiais e humanas necessárias. A situação não

⁴ Instituído no ano de 2007, foi criado por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

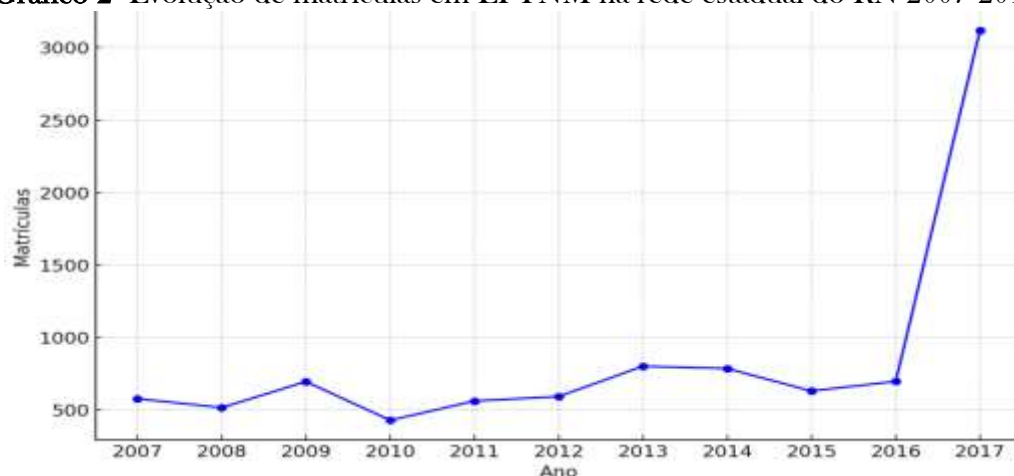
melhorou com o Decreto n.º 5.154/2004, que tentou reorganizar a educação técnica, mas falhou na implementação eficaz devido à falta de infraestrutura e corpo docente especializado.

A implementação dos CEEPs foi uma estratégia fundamental para superar esses desafios, especialmente por meio do pacto federativo do PBP e na tentativa de ofertar uma formação integrada, alinhada aos pressupostos mínimos defendidos por Ciavatta (2005), que entende a formação integrada como um projeto social construído de forma colaborativa entre os entes federados (governo federal, estados, gestão escolar e professores) para romper com a lógica de educação meramente voltada para o mercado de trabalho.

Para isto, é necessário assegurar, na legislação, mecanismos de acesso e permanência dos estudantes e a articulação entre educação básica e educação profissional. Também se faz indispensável o comprometimento dos professores e gestores com estratégias acadêmico-científicas de integração, considerando o projeto de ensino aprendizagem e que o currículo seja reflexivo e capaz de articular os conhecimentos gerais e específicos, bem como a teoria e a prática. Soma-se a isso a relação entre escola e comunidade, e o diálogo constante com os alunos sobre as expectativas e propósitos desta formação integrada.

O PBP buscou subsidiar os recursos financeiros e o suporte técnico, para possibilitar a expansão e interiorização da EP no estado, com a intenção de promover o desenvolvimento socioeconômico local e atender às demandas do mundo do trabalho. O Gráfico 2, apresenta um aumento expressivo no número de matrículas no ensino médio integrado na rede Estadual do RN.

Gráfico 2- Evolução de matrículas em EPTNM na rede estadual do RN 2007-2017



Fonte: Elaboração da autora, com base em (Nascimento, 2022)

Entre 2007 e 2017, o gráfico 2 evidencia um crescimento considerável nas matrículas. Nos primeiros anos (2007-2016), a variação nas matrículas se manteve relativamente baixa, com números flutuando entre 400 e 800 alunos matriculados. A oferta se limitava exclusivamente ao CENEP.

O salto abrupto para 3.116 matrículas em 2017 é o maior marco dessa expansão, que demonstra o amadurecimento do processo de implementação das políticas públicas educacionais no estado. Esse aumento significativo pode ser explicado pela conclusão de obras dos CEEPs, ampliação da oferta de cursos, e maior adesão de alunos a essas modalidades educacionais. Este aumento reflete uma mudança no cenário educacional, apesar de as condições materiais e humanas ainda não estarem completamente implementadas, como a ausência de laboratórios prontos e a insuficiência de professores especializados para as áreas técnicas.

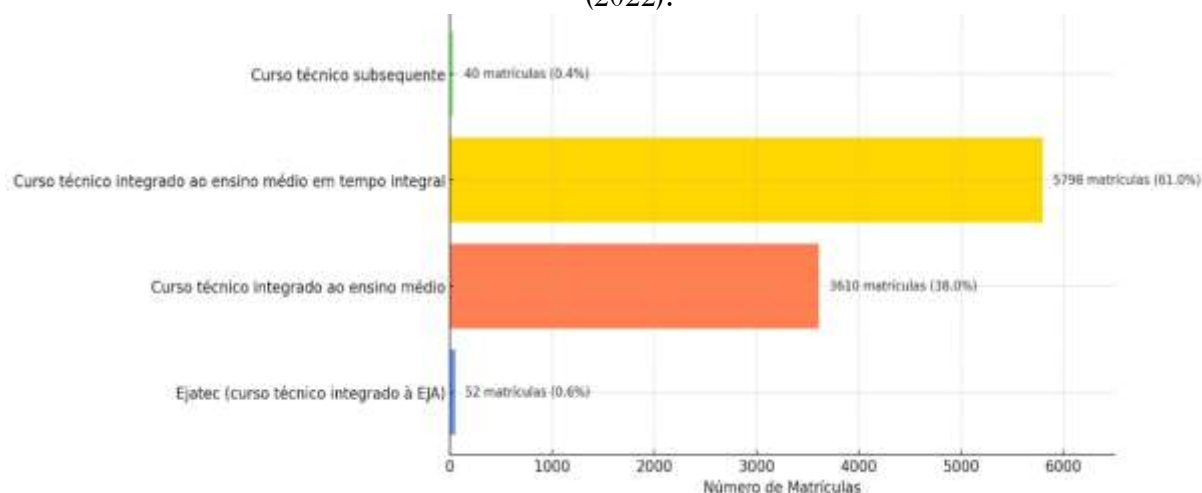
Esse crescimento de matrículas pode ser interpretado como uma resposta à crescente demanda social por educação técnica em um estado em ascensão neoliberal e necessidades imediatistas, ao colocar em prática uma política de Estado, mesmo que a infraestrutura prevista ainda estivesse em processo de finalização. Pode-se observar as dificuldades na trajetória da oferta de EPTNM na rede Estadual de educação do RN que se fundamenta numa educação pragmática onde o prático e o técnico estavam presentes para atender as demandas econômicas, sociais e políticas.

E mesmo com o aporte financeiro do PBP (2007) para reestruturação de 53 escolas e da construção dos CEEPs, encontramos um grande desafio em atender as ofertas dos cursos devido a falta de professores das áreas técnicas, além da falta de equipamentos, laboratórios e espaços que não foram concluídos. Ainda assim, com essas lacunas, em 2022 o governo do estado anuncia a expansão da oferta de EPTNM por meio de uma nova política para a educação profissional, os Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte, que trataremos a seguir.

CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

O estado do RN é composto por 167 municípios, e conforme o Censo Escolar de 2021, a rede estadual do RN possuía 581 escolas, das quais 68 ofereciam educação profissional, incluindo o Cenep e os 10 CEEP. Em 2022, a rede estadual ofertou 17 cursos técnicos distribuídos em 46 municípios, voltados para os cursos técnicos integrados ao ensino médio em tempo parcial e ao ensino médio em tempo integral, bem como à Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa Ejatec, do que pode ser visualizado no gráfico 3, apresentado a seguir:

Gráfico 3- Distribuição das matrículas na EPTNM por modalidade na rede estadual do RN (2022).



Fonte: Elaboração da autora, com base em Rio Grande do Norte (2022).

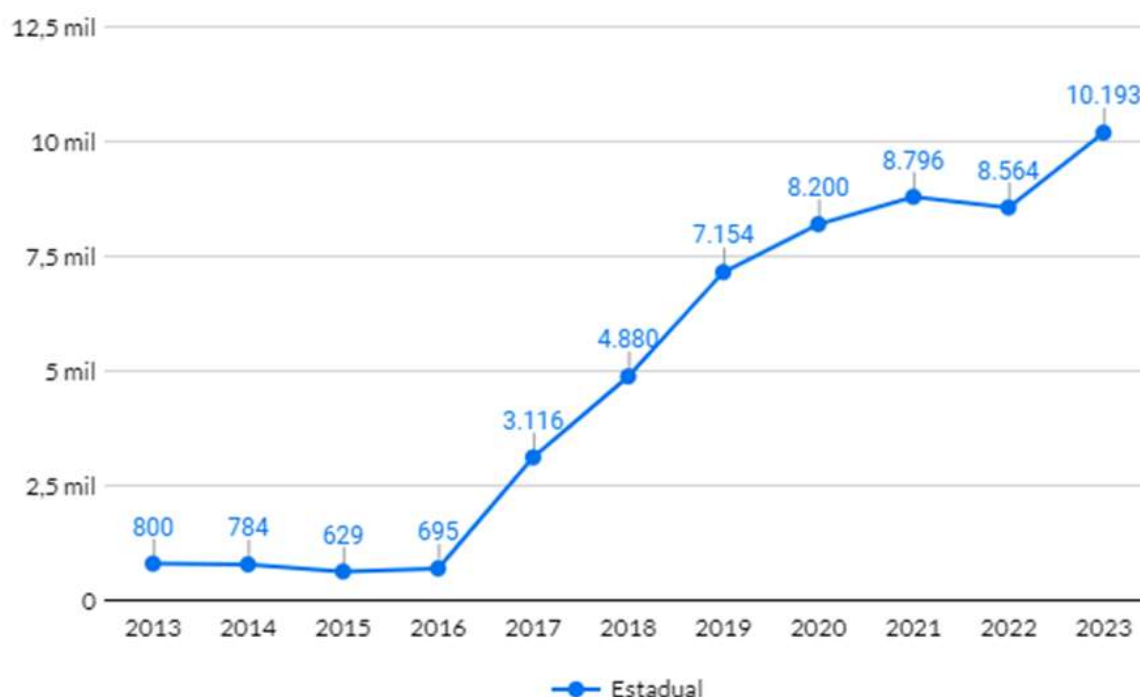
O gráfico 3 representa a distribuição percentual das matrículas por modalidade de curso técnico. Ele destaca o curso técnico integrado ao ensino médio em tempo integral que integra componentes da formação geral com a formação técnica, distribuindo-os ao longo do dia, como a modalidade com a maior porcentagem de matrículas, seguida pelo Curso técnico integrado ao

ensino médio que integra a formação geral e a formação técnica, mas com um tempo diário reduzido em relação ao modelo integral, juntas contabilizam 99% da oferta.

Enquanto na modalidade Ejatec, que corresponde ao curso técnico integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), se apresenta de forma limitada com apenas 52 matrículas, representando 0,6% do total. Desta forma, apesar da EJA ser uma política pública voltada para a garantia do direito à educação de jovens e adultos que não tiveram acesso na idade adequada, sua integração à formação técnica ainda não se consolidou como uma prioridade na política de Educação Profissional do RN. A baixa expressividade dessa modalidade indica desafios na efetivação do direito à formação profissional para esse público, que possa estar atrelada tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda.

Esse dado reforça o papel central dos cursos técnicos integrados na estratégia de expansão da EPTNM. A análise da série histórica do número de matrículas na EPTNM na rede estadual é essencial, especialmente ao considerar o período de funcionamento dos CEEPs, que foram implementados para ampliar e fortalecer essa modalidade de ensino. O que possibilita identificar o impacto direto da criação e expansão dos CEEPs, no interesse dos estudantes e na oferta de educação profissional. Isso também evidencia os desafios e as conquistas na materialização de uma política educacional voltada para a formação técnica de jovens, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional. No gráfico 4, apresentamos a evolução das matrículas na EPTNM na rede estadual do RN.

Gráfico 4- Série histórica das matrículas em EPTNM na rede Estadual do RN



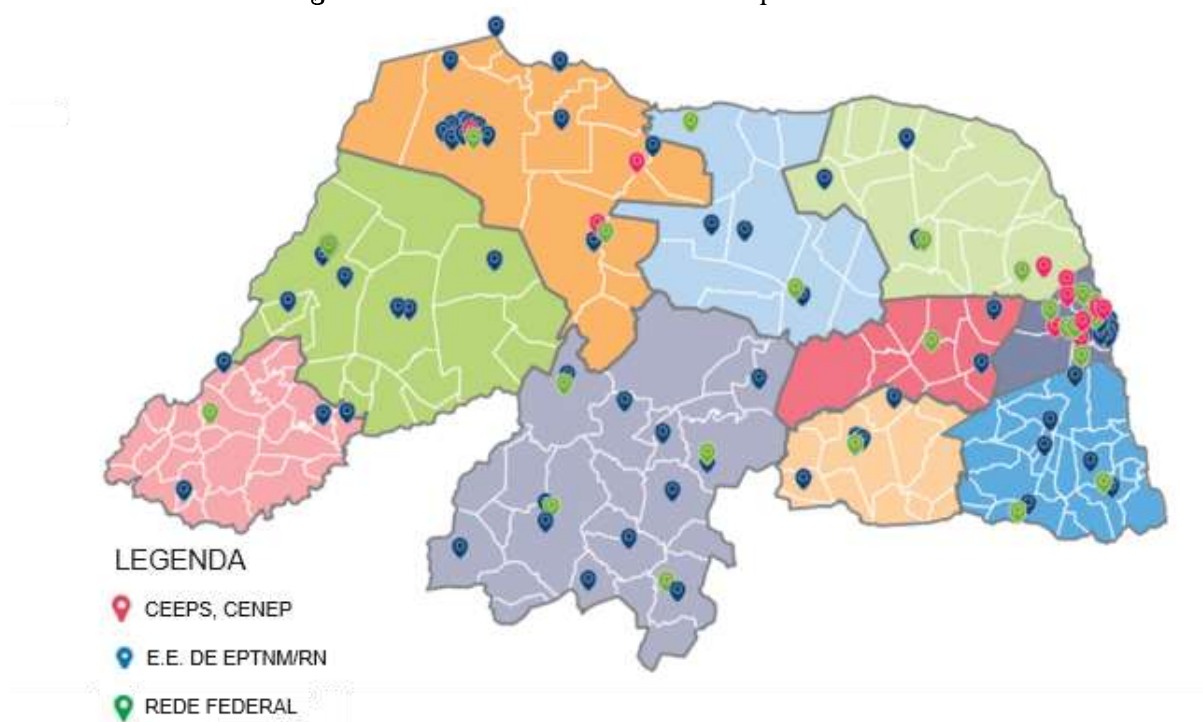
Fonte: Observatório da EPT (2024).

Após 2017, houve um crescimento expressivo no número de matrículas, passando de 3.116 em 2016 para 10.193 em 2023. Este aumento indica uma tendência positiva na oferta e na procura por educação profissional durante esse período. No período de 2017 a 2021 é possível verificar um aumento significativo nas matrículas, possivelmente impulsionado pelas políticas públicas voltadas para a educação profissional mencionadas na seção anterior.

Em 2022, observa-se uma leve queda para 8.564 matrículas, fator que revela os desafios enfrentados pelo sistema educacional após a pandemia, que impactou a continuidade e o engajamento dos estudantes. Muitos alunos, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade, enfrentaram barreiras ao aprendizado remoto e o retorno ao modelo presencial. Estes fatores, somados ao índice expressivo de abandono escolar de 19.212 alunos no ensino médio em 2021 na rede estadual do RN, conforme aponta o site Trajetórias de Sucesso Escolar, indicam a necessidade de reforço nas políticas de apoio e permanência para garantir a continuidade dos estudos e o acesso à educação profissional.

A figura 1, a seguir, evidencia como estava distribuída a oferta de EPTNM no RN no ano de 2023, pelas redes estadual e federal.

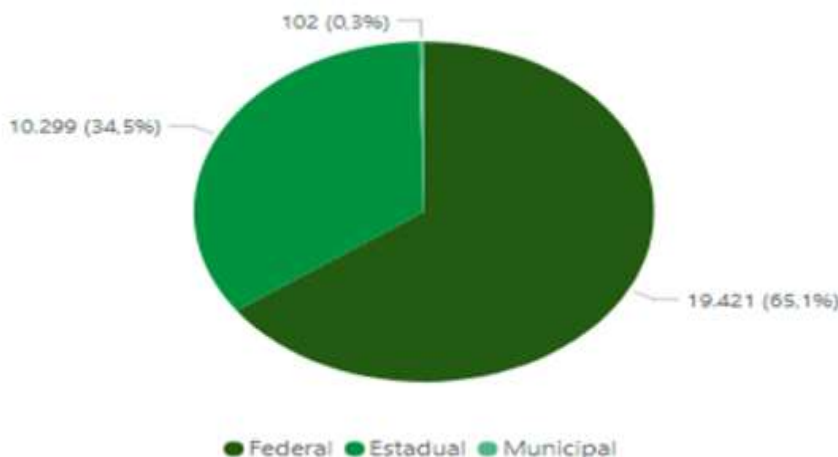
Figura 1- Oferta de EPTNM na rede pública do RN



Fonte: Rio Grande do Norte (2023).

Os pontos rosas representam os 10 CEEPs mais o CENEP, os pontos azuis correspondem às 61 escolas da rede estadual, juntos representam 74% das unidades de EPTNM é da rede estadual, com 19 cursos ofertados e 10.417 estudantes nas modalidades integrada, Ejatec e subsequente. Os pontos verdes indicam as 25 unidades da rede federal, que incluem 22 unidades do IFRN, a Escola Agrícola de Jundiaí da UFRN, Escola de Música da UFRN e Escola de Saúde da UFRN. Essas unidades ofertam um total de 135 cursos, atendendo a 33.538 estudantes nas modalidades integrada, ProEJA, FIC, subsequente e concomitante. Apesar de não aparecer nestes dados a rede municipal, buscamos nos dados do censo escolar 2023 e registramos 102 matrículas o que equivale a (0,3%) da oferta, conforme apresentado no gráfico 5:

Gráfico 5- Matrículas em EPTNM por dependência administrativa no RN



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica (2023).

Observa-se algumas divergências nos números de matrículas apresentadas nos gráficos. Vale salientar que os dados do Gráfico 4, referentes ao estado, foram extraídos do SIGEduc – Sistema Integrado de Gestão da Educação da SEEC, no ano de 2023, e os dados da rede federal foram obtidos na Plataforma Nilo Peçanha em 2022 (Rio Grande do Norte, 2023). No entanto, esses dados não especificam o mês de coleta. Já o Gráfico 5 apresenta dados extraídos do Censo Escolar de 2023, o que pode justificar diferenças devido às metodologias de coleta distintas e períodos de referência variados.

A rede estadual de Educação do RN, apesar de ser responsável pela maior distribuição de unidades em EPT, abrangendo 74% das instituições, contribui para descentralizar a oferta e ampliar o acesso à educação profissional em diversas regiões, no entanto possui uma diversidade menor de cursos e atende a um número de estudantes menor do que a rede federal. Isso indica que a rede federal no RN, mesmo com menos unidades, exerce uma função crucial na ampliação da oferta de cursos especializados e variados, e possibilita um alcance maior de estudantes com uma cobertura mais ampla em termos de modalidades de ensino. A análise realizada vai ao encontro de Oliveira (2023, p.11), quando afirma que “[...] falar de ensino médio integrado no Brasil é falar principalmente das redes estaduais”. Em adição, o autor complementa: “Além de as matrículas no ensino médio integrado serem, em sua maior parte, nas escolas estaduais, é importante destacar que a oferta dessas redes vem crescendo anualmente, enquanto a rede federal já encontra limites para manter esse crescimento”. No Rio Grande do Norte, a expansão da oferta de EPTNM a partir de 2021 tem ocorrido por meio da criação dos Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte - IERN

No ano de 2021 a rede estadual do RN, apresenta o Programa Nova Escola Potiguar (PNEP) que prevê investimentos na construção e reforma de escolas (Rio Grande do Norte, 2021). O PNEP possui cinco eixos, e o primeiro deles é a implantação de 12 unidades dos IERN no estado, conforme figura 2

Figura 2 - Mapa do RN com a distribuição dos 12 IERN



Fonte: Rio Grande do Norte (2021).

Desta forma, o IERN “[...] tem em sua gênese o compromisso com a democratização do acesso à educação básica e com a expansão da oferta de vagas de EPTNM no Rio Grande do Norte” (Rio Grande do Norte, 2022). Representa uma estratégia fundamental para promover a interiorização da educação profissional no estado. Constitui-se como uma estratégia essencial para promover a interiorização da educação profissional no estado. Ao ampliar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos para além das capitais e regiões metropolitanas, o governo busca democratizar o acesso à educação profissional, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Assim,

[...] Para que essa iniciativa ganhe espaço perene na agenda das políticas públicas do estado e para que a sociedade reconheça o IERN como um equipamento público legítimo, é fundamental que sua identidade institucional e que suas ações sejam referenciadas nas demandas socioeducacionais do contexto em que atuará (Rio Grande do Norte, 2022).

A entrada dos IERN na agenda das políticas públicas representa um ponto-chave no ciclo de políticas públicas, marcado pelo processo de identificação e formulação de uma necessidade crítica para o estado. Segundo o modelo de Saravia (2006), cada política pública percorre várias etapas, incluindo a definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. No caso dos IERNs, a inclusão desse programa na agenda estadual é o reconhecimento da necessidade de fortalecer, ampliar e interiorizar a educação profissional como parte da estratégia de desenvolvimento socioeconômico do estado. Como afirma o caderno 1 (Rio Grande do Norte, 2022) o IERN se apresenta como uma estratégia para expandir esta modalidade educacional e repercutir no atingimento das metas estabelecidas no PEE/RN 2015-2025.

A inserção dos IERN na agenda das políticas públicas do RN representa um marco estratégico no ciclo de políticas públicas, pois reflete o processo de identificação e formulação de uma demanda prioritária para o estado. De acordo com o modelo proposto por Saravia (2006), toda política pública percorre diferentes etapas, que incluem a definição da agenda, a formulação, a implementação e a avaliação. No caso dos IERNs, configuram-se como uma iniciativa voltada

à ampliação da oferta dessa modalidade educacional, e que contribui diretamente para o alcance das metas previstas no Plano Estadual de Educação (PEE/RN) 2015-2025.

A formulação desta política está apresentada em três cadernos para subsidiar as ações: documento-base, com a conceituação do IERN; Orçamento, plano de implementação e plano de acompanhamento; e Diretrizes operacionais, voltados para auxiliar os novos gestores na implementação dos institutos. Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), contou com o apoio técnico do Itaú Educação e Trabalho (IET) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Durante o processo de elaboração dos documentos de conceituação dos IERN, foi realizado encontros com a Comissão de Trabalho, constituído com a participação de várias instituições, com o objetivo de apresentar, analisar e validar a proposta normativa dos Institutos. Como resultado desse processo, foi publicado o Decreto nº 32.286, de 8 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica e cria oficialmente os Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação (IERN) no Rio Grande do Norte.

A previsão inicial, proposta no projeto Nova Escola Potiguar, era entregar 12 unidades dos IERN ainda no ano de 2022. No entanto, nenhuma dessas unidades foi concluída dentro deste prazo, e durante o processo de construção, três dessas unidades foram transferidas para o Governo Federal. Em 12 de março de 2024, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contemplando o estado do Rio Grande do Norte com novas unidades nos municípios de São Miguel, Touros e Umarizal. Segundo informações do portal de notícias do IFRN (2024), os prédios que originalmente integrariam o projeto dos IERN passarão, agora, a compor a Rede Federal, sob responsabilidade do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Esse movimento representa uma reconfiguração na gestão e na manutenção dessas unidades, que deixam de ser estaduais para serem administradas diretamente pela Rede Federal.

Os atrasos no cronograma resultaram na inauguração das primeiras apenas em 2024, nas cidades de Natal (20/05), Jardim de Piranhas (04/07), Alexandria (05/07) e Campo Grande (05/07). A entrega das demais unidades foi reprogramada para 2025. Esses atrasos evidenciam os desafios e a complexidade do processo de implementação, além de reforçarem a importância de um monitoramento constante, capaz de promover os ajustes necessários na execução e reduzir os impactos tanto no cronograma quanto na efetividade das políticas públicas voltadas à educação profissional.

Além disso, as unidades inauguradas passaram a funcionar após o início do ano letivo, o que demandou a incorporação de estudantes já matriculados na própria rede estadual, circunstância que modificou as dinâmicas originalmente planejadas. Esse cenário evidencia a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras, não apenas sobre o processo de implementação das demais unidades, mas também sobre a análise da oferta e da organização dos cursos, bem como dos impactos sociais e dos efeitos produzidos na estrutura da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

CONCLUSÕES

A análise do desenvolvimento da EPTNM na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte evidencia que essa modalidade educacional, historicamente, esteve e continua profundamente condicionada pelas dinâmicas econômicas, sociais e políticas que atravessam o contexto nacional. A trajetória da EPTNM no estado reflete a dualidade estrutural presente na

educação brasileira, marcada pela separação entre uma formação técnica voltada majoritariamente para a classe trabalhadora e uma formação geral, associada à continuidade dos estudos no ensino superior e mais acessível às classes economicamente favorecidas.

Constata-se que, especialmente nas últimas décadas, com o avanço das políticas neoliberais e os processos de reestruturação produtiva, a Educação Profissional tem sido cada vez mais instrumentalizada como mecanismo de atendimento às demandas do mercado. No caso do Rio Grande do Norte, embora haja avanços significativos, como a criação dos IERN e a consolidação de marcos normativos que regulamentam essa oferta principalmente por ampliar o atendimento no interior do Estado, ainda persiste o desafio de construir uma proposta educacional que vá além da lógica meramente utilitarista e produtivista.

O fortalecimento da EPTNM no estado, portanto, requer o enfrentamento de desafios estruturais que perpassam desde o financiamento adequado, a valorização dos profissionais da educação, até a elaboração de currículos que consigam articular, de forma efetiva, a formação técnica com uma formação geral, crítica e emancipadora. É necessário que as políticas públicas sejam concebidas não apenas para atender às demandas imediatas do setor produtivo, mas, sobretudo, para promover o desenvolvimento humano integral, capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seu papel na transformação da sociedade.

Por fim, este estudo reafirma a importância de compreender a oferta da EPTNM no Rio Grande do Norte como parte de um processo maior, inserido em disputas ideológicas e políticas em torno de projetos de educação e de sociedade. O enfrentamento das contradições e desafios identificados passa, necessariamente, pela mobilização social, pela valorização da educação pública e pela construção de políticas educacionais que coloquem no centro a formação cidadã, crítica e emancipadora, em contraposição à lógica de mercantilização e precarização do trabalho que ainda orienta, em grande medida, a Educação Profissional no Brasil e no estado.

REFERÊNCIAS

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CARLOS, Nara Lidiania Silva Dias. O ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da Lei nº 5.692/1971 (1971-1996). Natal, 2018.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 5 jun. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painéis Estatísticos. Brasília: **INEP**, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDExMTM0OC00ZmFhLWIvZWYtZjI1YjU0NzQzMjJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWw0YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiI9>. Acesso em: 5 maio, 2024.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. Observatório da EPT fornece informações que apoiam estados na implementação de políticas públicas. 2022. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/acontece/observatorio-da-ept-fornece-informacoes-que-apoiam-estados-na-implementacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 06 maio 2025.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, v. 2, 2007.

NASCIMENTO, Suerda Maria Nogueira do; SILVA, José Moisés Nunes da. **Os Centros Estaduais de Educação Profissional no Rio Grande do Norte: desafios e possibilidade de consolidação** [recurso eletrônico]. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.14688. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 27 maio. 2025.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. **Relatório de Gestão 2015**. Subcoordenadoria de Educação Profissional. Natal/RN.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 32.286, de 8 de dezembro de 2022**. Natal, RN, 2022. Disponível em: <https://deirn.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/visualizar-jornal?dataPublicacao=09-12-2022&diario=MTIX>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. **Programa Nova Escola Potiguar**. Natal, 2021. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/assecom/DOC/DOC000000000264929.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria Estadual de Educação (SEEC-RN). **Documento Base: Conceituação do IERN** (Caderno 1). Natal, 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria Estadual de Educação (SEEC-RN). **Diagnóstico da oferta de EPT**. Natal, 2023.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SANTOS, Sandro Rogério; ALVES, Yago Victor; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Estado neoliberal e educação profissional no Brasil: transformações de paradigmas em nosso circuito histórico. **Revista Direito Público**, v. 18, n. 98, 2021. DOI: <10.11117/rdp.v18i98.5000>. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5000>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SANTOS, T. D. dos.; SILVA, L. L. S.; MEDEIROS NETA, O. M. de. Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil e as pesquisas sobre a Escola de Natal no Rio Grande do Norte. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7551>. Acesso em: 28 maio. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

SILVA, José Moisés Nunes da; NASCIMENTO, Suerda Maria Nogueira do; RAMOS, Maria da Conceição Pereira. A educação profissional na rede estadual do rio grande do norte: em busca da consolidação. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 1-17, 2020. DOI: 10.15628/holos.2020.10053. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10053>. Acesso em: 28 maio. 2023.

TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. **A educação para o trabalho dos jovens no Brasil: dos marcos constitucionais à política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2023. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, IFRN, Natal, 2023.

VIANA ALVES, Heryson Raisthen; MEDEIROS DA SILVA, Fernanda Sheila. Políticas de Ensino Médio: uma análise dos marcos legais das últimas décadas. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 9, n. 29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/5011>. Acesso em: 27 maio. 2025.

| Submetido em: 15/11/2024

| Aprovado em: 27/07/2025

| Publicado em: 30/09/2025